

nio Sampaio. Eis porque havia eu pedido à primeira dama do Estado, Da: Yolanda Carvalho Pinto, a construção imediata de 200 asilos para velhos. Eu, que sou um homem que respeita cabelos brancos, que respeita as cãs, que respeita aqueles que deram a sua mocidade em favor da coletividade, sou obrigado a reconhecer que o envelhecimento dos tecidos, a velhice, afinal, enroepece e adormece certas qualidades vitais, certas energias próprias dos mais valiosos homens e os torna praticamente insensíveis. E' o caso do engenheiro Prestes Maia. S. Exa. fôsse mais moço e se estivesse mais atualizado, teria feito como o Prof. Carvalho Pinto, isto é, não teria aumentado desmesuradamente os impostos — quase 20% de maneira generalizada em todos os impostos do município — e teria concordado com a Câmara Municipal, que lhe deu, em má hora para os paulistas, um aumento de 14% em todos os impostos.

Mãe, colocar na rua 4.000 servidores, sem procurar saber se têm família, se são solteiros, se são mães que têm filhos a criar, se são homens já desiludidos da vida, homens que perderam outras oportunidades, certos que estavam de que não perderiam seus empregos, fiados nas próprias afirmativas e promessas do Sr. Prestes Maia, este homem tem que estar desatualizado — para não dizer endemoninhado — insensível, que não se inclina à dor alheia, que pertence a outro planeta, porque a São Paulo não pertence, nem pelo trabalho, nem pela atuação, nem pelo conhecimento da própria cidade. (Muito bem!)

Ouvi — em apreciações à atual mensagem do Sr. Governador — referência às estradas de rodagem: que essas verbas e esses aumentos de impostos iriam servir para a manutenção e conservação das estradas pavimentadas. Já desde o Governo Jânio Quadros tive ocasião de ir à televisão e a esta tribuna várias vezes, enfrentando antagonistas da envergadura intelectual de um Wilson Rahal e Franco Montoro, combater a existência do pedágio, que eu julgava bitributação inconstitucionalíssima por excelência, uma exploração do usuário através de uma estrada construída com seus próprios recursos. Afirmava eu que nos Estados Unidos o "toll-road" — o pedágio — só se aplicava, quando um particular, ou uma companhia qualquer, ou o Estado, construía uma obra do Estado ou do Governo Federal. Era corado o pedágio até serem pagas as despesas realizadas, depois do que, essa obra passava a pertencer ao Estado, à municipalidade ou ao Governo Federal.

Aliás, não é preciso ir aos Estados Unidos. A velha estrada São Paulo-Santo Amaro foi construída por um particular, que cobrava dois mil réis de pedágio. Naquela época a estrada ficou por uma importância pequena. E, uma vez paga a estrada, democraticamente, o particular que pavimentou a rodovia, devolveu-a à Prefeitura e hoje ela é trafegada, sem pedágio e sem bitributação de espécie alguma. O Governo do Estado de São Paulo ainda cobra pedágio, que foi aumentado no Governo Jânio Quadros contra uma grande maioria de deputados desta Assembleia. Tivemos ocasião de, na tribuna e na televisão, combater frontalmente essa escorcha contra o povo através de um pedágio que não se justifica, que é inconstitucional e que representa uma bitributação, isto é, pagamento duas vezes da verba para o mesmo serviço.

Nessas condições, não procede pelo menos aquela defesa feita à mensagem governamental por alguns deputados. Estou de acordo com a maioria dos termos desta mensagem e o caso do funcionalismo público é um caso à parte, que o Governador deve estudar com mais cuidado e reformular, talvez, o seu ponto de vista.

Realmente, os funcionários públicos, odiados pela população porque não lhes conhece o trabalho, sofre as constantes ascensões dos preços das utilidades e aos governos que se baseiam no trabalho cotidiano realizado por esses denodados funcionários compete pagá-los de acordo com as necessidades, de acordo com os seus méritos. Já é comum, já se tornou norma na Assembleia conceder aumento aos funcionários abaixo do que seria justo, e, por outro lado, iludidos da classe, associações de funcionários públicos pedem o triplo do que é possível conceder — a não ser que o Estado entre em bancarrota — agravando mentirosamente à classe. Neste ponto tenho me colocado sempre dentro das normas razoáveis do bom senso. Acho que o funcionário deve merecer dos governos um tratamento mais adequado e condizente com as necessidades atuais da vida, diante da desvalorização diária da moeda brasileira. Mas também não é possível que sejam eles as vítimas inermes, as vítimas de mãos atadas dos demagogos, das organizações e associações que exploram a boa fé e o trabalho do funcionário, atribuindo a elas todos os aumentos de salários de todos os funcionários públicos.

Dai o motivo porque o Governador compete reformular esse aumento proposto. E aos deputados que propuserem aumentos absurdos, que não possam ser aprovadas, a eles também deve caber uma parcela da responsabilidade, a fim de que o governo possa atender aos funcionários, sem depender de operações puramente políticas de deputados já acostumados a essa prática eleitoral. Que o governo reformule a fórmula de aumento. Isso aprovo, mas não aprovo medidas demagógicas que levam o selo da mentira.

A presente mensagem será aprovada por esta Assembleia. A própria urgência apresentada pelo nobre deputado Chaves de Amarante poderia ser considerada desnecessária. Até posso dizer que essa urgência retardou a aprovação da mensagem governamental porque, ao tempo em que estamos discutindo a urgência, a mensagem continua a dormir e só depois virá a Plenário para ser discutida. Um entendimento entre o líder da maioria e a minoria teria cortado o requerimento de urgência, demorado e vago.

Vê-se, portanto, que não houve uma orientação segura para que se votasse este requerimento que, no momento, não tem cabimento, visto que está dando lugar a discussões e, da forma em que vamos, Sr. Presidente, levaremos ainda dois ou três dias até que termine a discussão deste requerimento, para depois então entrar em discussão o projeto que interessa realmente ao governo e ao Estado de São Paulo.

Continua ainda o governo de São Paulo sem os assessores competentes, sem os assessores imprescindíveis, necessários para que ele conheça melhor a Assembleia Legislativa e possa usufruir dos trabalhos reais e sinceros daqueles que lhe são adeptos, e aproveitar das lições da oposição que, diariamente, está em combate diuturno em favor das classes menos favorecidas.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência pede licença ao nobre orador para avisá-lo que está esgotado seu tempo regimental.

O SR. DANTE PERRI — Sr. Presidente, acato a decisão de V. Exa., mas lamento ter que fazer uma reclamação de relógio, porque, pelo meu relógio, teria ainda dez minutos de prazo para terminar minha oração. Entretanto, V. Exa. assim determina, e acato a ordem de V. Exa.

Srs. deputados, encerrando as minhas rápidas considerações, apenas devo lamentar que a falta de assessoria do atual Governo do Estado levou o próprio líder da Maioria a requerer urgência que veio, à contrasenso, retardar ainda mais o julgamento por parte desta Assembleia da proposição principal que era a mensagem de medidas de caráter financeiro. Se não houvesse este requerimento, não teríamos as discussões intermináveis, as verificações de presença e encaminhamento de votação e, desta forma, já estaríamos a meio da discussão do projeto de lei. Um entendimento teria resolvido o caso. Infelizmente, faltam assessores ao Governador do Estado.

Mas estarei aqui, Sr. Presidente, neste plenário, ouvindo oposição e situação, — porque não dizer carvalhistas e janistas? — a fim de ver de que lado está a razão, porque meu raciocínio não se prende de forma irrestrita ao Sr. Governador do Estado. Também não estou pretendendo fazer oposição sistemática, porque julgo que o Sr. Governador, que é um homem bem intencionado, estava entretanto com a razão depois de coados todos os julgamentos, todos os pronunciamentos, para que esta Assembleia possa julgar com altaneria, com independência, sem se inclinar sabujamente ao Sr. Governador do Estado, sem abusar ainda mais deste povo já tão escravizado por tantos governos. Tenho sido carvalhista, não, governista. Que me ajudem a continuar a sê-lo.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Jéthero de Faria Cardoso, por cessão do nobre deputado Walter Menk.

O SR. JÉTHERO DE FARIA CARDOSO — Sem revisão do orador — Desejo, Srs. deputados, analisar alguns aspectos, ainda dentro daquele capítulo dos 16 bilhões e 150 milhões de cruzeiros que esta lei determina sejam liberados com uma facilidade de regime de urgência, às três sociedades anônimas que cuidam, desarticuladamente dos problemas energéticos.

Nos minutos anteriores, tinha demonstrado que é inevitável o caminho natural da conceituação deste problema no atual estágio da nossa economia, isto é, o Estado produz, transporta e constrói as grandes centrais geradoras e as onerosíssimas linhas de alta tensão — como aliás já está fazendo — e as empresas concessionárias que cobrem o nosso mapa não investem um centavo há décadas, nem na produção, nem no transporte e nem na distribuição. São entidades eminentemente parasitárias, e com uma gravidade: na distribuição exigem ao Estado, conseqüentemente do Estado, negociam com os dirigentes do Estado e se transformam em convites com este estado de coisas. Empréstimos, a título de ampliação de linhas de transmissão, mas que não são nem fiscalizados na sua aplicação. E, se tomarmos esses casos que estão pelo interior, os Srs. parlamentares ficarão estupefactos. Há casos como o de Bragança Paulista, região que margaria uma importante rodovia — a Fernão Dias — a poucos quilômetros de São Paulo. Pois bem, Bragança, após a construção da rodovia, entrou num processo de involução e a cidade começou a voltar à época de Fernão Dias.

Quando estive na Associação Comercial de Bragança, onde vários industriais e muitos fazendeiros e comerciantes da cidade compareceram, chegou-se à conclusão de que o definhamento da região era uma decorrência da falta de ener-

gia. Proferi algumas palestras, alguns debates foram travados. Então, o Sr. Governador, Prof. Carvalho Pinto, dá a movimentação da cidade, das classes produtoras e trabalhadoras de toda aquela região, teve de ceder e interligar Bragança com um grande sistema. Foi a tese por mim levantada quando o Sr. Governador pretendia, segundo o processo que está na Secretaria da Viação, emprestar 60 milhões de cruzeiros ao Sr. Cintra Gordinho que é o dono da Empresa Elétrica Bragantina a título de ampliação, de geração, transporte e distribuição.

Ora, demonstramos, Srs. deputados, como aquela região era parca em recursos hídricos, não dispunha de fontes para satisfazer os 20 mil Kw mínimos de potência necessários para Bragança, Atibaia, Socorro, Piracala, Perdões etc. e que só a ligação com um grande sistema possibilitaria a solução da carência de energia elétrica.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar a campainha) — A Presidência pede a atenção dos Srs. deputados ao orador que se encontra na tribuna.

O SR. JÉTHERO DE FARIA CARDOSO — Assim, Srs. deputados, para evitar que os 60 milhões de cruzeiros dos cofres públicos fossem entregues à Empresa Bragantina, foi necessário um movimento gigantesco na região em torno da tese da ligação com um grande sistema. Eu pergunto: é função de deputado dizer ao Executivo que a solução do problema da região Bragantina só seria possível interligando-a a um grande sistema? Não é, Srs. deputados. Isto não é função do deputado nem estava dentro da minha capacidade chegar a essa conclusão.

O SR. ANTONIO SAMPAIO (Para reclamação) — Sr. Presidente, solicito de V. Exa. verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência lastima, mas não pode deferir o requerimento de V. Exa., porquanto há número regimental em plenário.

Continua com a palavra o nobre deputado Jéthero de Faria Cardoso.

O SR. JÉTHERO DE FARIA CARDOSO — Ora, Srs. deputados, se esta tese não fosse levantada na Associação Comercial de Bragança e se a Associação Bragantina de Imprensa não abrisse as páginas de seus jornais para interligar Bragança com um grande sistema o que teria feito o Executivo? Teria emprestado ao Sr. Cintra Gordinho 60 milhões de cruzeiros para ampliar a produção de energia elétrica onde não existe fonte de energia.

E' assim que são aplicados esses 16 bilhões de cruzeiros. E após a vitória da tese e decidido o Executivo, então, a interligar com um grande sistema, iniciou-se a "via crucis" das autoridades de Bragança Paulista: o grande sistema Light, que seria interligado, com Malriporã e a solução mais barata, negou-se a interligar com a região, ofendendo a todos os dispositivos da concessão de produção, transporte e distribuição de energia.

O sistema "Bond and Share" da Cia. Paulista de Força e Luz, negou-se a interligar com Campinas, exigindo compensações absurdas do Poder Público para interligar a zona Bragantina com Campinas. O que restou ao Estado? Recorrer à Cherp, em Mogi Mirim, numa linha de transmissão caríssima, que deverá ser paga pelo Município, de mais de 200 milhões de cruzeiros. Foi buscar, então, o grande sistema na Cherp.

Vejam os Srs. deputados: nenhum planejamento geral, soluções que atendem às imposições das grandes concessionárias, caducas e parasitárias, que oneram os cofres das Prefeituras do interior, porque esses grandes empréstimos para as Prefeituras, essas linhas de transmissão serão cobradas no quilowatt-hora que será vendido a população.

E eu pergunto: qual o investimento da concessionária Empresa Bragantina de Energia Elétrica para ampliar os seus sistemas de produção? Nenhum! Interligada com a Cherp, construídas as torres, colocados os fios, instalado o transformador, o que acontece hoje na grande cidade de Bragança Paulista? As linhas da própria empresa não suportam acréscimo de carga e a empresa volta ao Executivo e deseja o dinheiro público, empréstimo para remodelar as suas linhas de distribuição.

Ora, Srs. deputados, é desta forma que se deseja votar, em caráter de urgência em regime de urgência, um projeto de lei que concebe o problema energético sob este ângulo prejudicial à população. São bilhões que se votam nesta Casa e que o Executivo dilui com empresas concessionárias particulares. Nenhum controle há sobre a aplicação destes bilhões.

Este ângulo em que examinamos este projeto de lei deve alertar os Srs. deputados, de que aprovar regime de urgência para lei desta natureza, é descalçar mais um pilar do nosso regime político, já tão abalado e com tantas fissuras nos seus recalques sociais.

Um dos grandes motivos dos recalques nas fundações do nosso edifício político decorre da displicência dos poderes legislativos no trato de projetos de lei de tal envergadura. Sinto que as maiorias parlamentares entraram já na inércia; não na inércia da estática absoluta, mas a inércia do movimento de subserviência. É o movimento acelerado.

Tão acostumados estão os integrantes da maioria a não discutir, não debater, não reivindicar do Executivo um mínimo de alteração dos seus conceitos no trato da coisa pública, em projetos de investidura, que estão levando os poderes executivos ao descrédito popular. Quase que há um estágio, em que a coletividade não sente a necessidade do Poder Legislativo.

Espero que esta Casa, que tem tomado atitudes viris em casos difíceis, como na recente crise política de agosto e início de setembro, mantenha pelo menos uns 45% daquela dose de vitalidade política no debate de um projeto de lei desta natureza. Bilhões, dezenas de bilhões, de uma forma tão fácil, tão graciosa, como se o dinheiro público nada custasse ao povo, pudessem ser pósto e disposto, como muito bem entende o Poder Executivo.

Se o Poder Executivo tivesse no seu reinado, na sua monarquia de três anos, inspirado um mínimo de confiança na aplicação de dinheiro público, poder-se-ia justificar esse requerimento. Mas nem requerimentos de informações, Srs. deputados, são respeitados nesta Casa. Requerimentos mais sérios, em problemas desta natureza, o Executivo não leva em conta. Votamos, em leis de caráter financeiro, dotações de centenas de milhões de cruzeiros para obras que o Sr. Governador Carvalho Pinto não sabe nem se estão fazendo, nem em que pé se encontram. O Executivo não conhece nem os projetos, como o caso de Furnas, que irá trazer os mais sérios problemas para este importante caudal que é o Rio Grande. A distribuição da energia, então, Srs. deputados, pelas prefeituras, constitui um imperativo. É um problema atualíssimo. Todo o interior hoje se agita em torno desta matéria. Como votar em regime de urgência mais 16 bilhões de cruzeiros para o setor energético, sem que o Executivo, pelo menos, avenge as linhas gerais do que pensa sobre a distribuição, o que representaria para os orçamentos das prefeituras a distribuição de energia elétrica. Constituiria um reforço que sanaria todos os déficits orçamentários dos municípios.

Enquanto se discute se este ou aquele imposto deve ser arrecadado pela Prefeitura ou pelo Estado, fontes inesgotáveis de reservas econômicas são completamente abandonadas pelo Poder Público à sanha das concessionárias parasitárias.

A Prefeitura de Tatui, só no mês de março de 1960, vendendo o quilowatt-hora a 2,80, obteve um lucro líquido de 400 mil cruzeiros. E ainda numa fase de experimentação, pois assumira o controle da empresa dias antes. Ora, uma pequena comunidade como Tatui, vendendo o quilowatt-hora a 2,80, 40% mais baixo do que as grandes concessionárias, auferiu, num mês, 400 mil cruzeiros de renda líquida.

Hoje, o Sr. Secretário da Viação aventa a hipótese de disputa com os prefeitos e as câmaras de vereadores do poder de distribuir energia elétrica. Pretende S. Exa. que o Estado constitua uma empresa única para ele distribuir energia elétrica e não as prefeituras. Nós corremos aí um grande risco, Srs. deputados: que o Estado pretenda seguir o caminho de criar mais uma sociedade anônima de caráter eminentemente comercial, que nada mais fará do que acobertar com a tese nacionalista, pretensamente nacionalista de o Poder Público estar, assim distribuindo energia elétrica, as concessões caducas das empresas parasitárias, cujos contratos de concessão evidentemente já estão ocluídos e rasgados por elas mesmas há muitos anos.

Não concebo. Não posso votar urgência que abre um recurso ao Executivo para aplicar 16 bilhões e 150 milhões de cruzeiros, enquanto o Poder Executivo (ou a boa vontade deste deputado), não se manifesta sobre o seu conceito de distribuição de energia elétrica e o que faz no planejamento geral da interligação dos grandes sistemas, problema crucial para o progresso de nosso Estado. Essa facilidade não obtenção desta Casa, tenho certeza. Não somos cegos. Por que não se pronuncia o Sr. Governador sobre esta matéria? 16 bilhões e 150 milhões de cruzeiros. É um orçamento de Estados do Brasil! De vários Estados! Não pode ser votado graciosamente por esta Casa. Se pelo menos os requerimentos de informações fossem respondidos, para se ter uma leve ideia do que pensa o Poder Executivo sobre essa matéria, teríamos um índice do seu caminho. Pode-se continuar acenando, Srs. deputados, depois de conclusas as linhas de alta tensão para a região bragantina, que a empresa nada invista, pelo menos para reforçar as suas linhas de distribuição?

Os cabos já chegaram, as tensões já foram rebaixadas e não são ligadas para a cidade porque a empresa ainda não conseguiu empréstimo do Estado para reforçar as suas linhas de distribuição! O problema continua sem solução e a concessionária exige agora que se lhe dê também a região de Atibaia!

E' dessa forma que o Executivo solicita créditos a esta Casa. E o que se passa nessa região é um reflexo das demais regiões.

Vou deixar, Srs. deputados, este ângulo da matéria. Ele suscitaria e suscitará, quando debatermos o mérito, outros alinhamentos, outras perspecti-